

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 4.306 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 103.367 e Ativos Totais de R\$ 103.549. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social.

A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE	103.268	101.123
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	103.268	37.883
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	-	63.240
NÃO CIRCULANTE	281	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	281	-
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a).....	32.040	32.082
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6a).....	(32.040)	(32.082)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d).....	281	-
TOTAL	103.549	101.123

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Totais
		Legal	Estatutária	
Saldos em 31.12.2016	42.430	2.902	47.124	-
Aumento de Capital com Reservas.....	4.120	-	(4.120)	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	6.710
Destinações: - Reservas.....	-	335	6.311	(6.646)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(64)
Saldos em 31.12.2017	46.550	3.237	49.315	-
Aumento de Capital com Reservas (Nota 8a).....	5.450	-	(5.450)	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	4.306
Destinações: - Reservas.....	-	215	4.050	(4.265)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(41)
Saldos em 31.12.2018	52.000	3.452	47.915	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	687	1.631
Reversão de Créditos Recebíveis (Nota 6b).....	642	1.509
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6b).....	45	121
Outras Receitas Operacionais.....	-	1
DESPESAS OPERACIONAIS	520	715
Perdas de Créditos Operacionais (Nota 6b).....	13	11
Despesas Tributárias (Nota 10).....	322	496
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	185	208
RESULTADO FINANCEIRO	6.271	9.127
Receitas Financeiras (Nota 9).....	6.271	9.127
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	6.438	10.043
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(2.132)	(3.333)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.306	6.710
Número de ações.....	37.083.738	37.083.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$.....	116,12	180,95

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	6.438	10.043
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(32)	(110)
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(45)	(121)
Perdas de Créditos Recebíveis.....	13	11
Lucro Líquido Ajustado	6.406	9.933
Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado.....	63.240	-
Redução em Ativos Financeiros para Negociação.....	-	(5.615)
Redução em Empréstimos Recebíveis.....	41	1
Aumento em Outros Ativos.....	(1.797)	110
Redução em Outras Obrigações.....	(9)	1
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(2.432)	(2.310)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	65.449	2.120
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(64)	(73)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(64)	(73)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	65.385	2.047
Início do Exercício.....	37.883	35.836
Fim do Exercício.....	103.268	37.883
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	65.385	2.047

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado, com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

b) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

c) Mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. Os juros são reconhecidos no resultado como "Receita de juros e similares". No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida no resultado.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de disponibilidade para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e leva em consideração as avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. A composição das contas patrimoniais da provisão está apresentada na Nota 6a.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas potenciais, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos financeiros de investimento e certificado de depósito bancário, as receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.12) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Totais
		Legal	Estatutária	
Saldos em 31.12.2016	42.430	2.902	47.124	-
Aumento de Capital com Reservas.....	4.120	-	(4.120)	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	6.710
Destinações: - Reservas.....	-	335	6.311	(6.646)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(64)
Saldos em 31.12.2017	46.550	3.237	49.315	-
Aumento de Capital com Reservas (Nota 8a).....	5.450	-	(5.450)	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	4.306
Destinações: - Reservas.....	-	215	4.050	(4.265)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(41)
Saldos em 31.12.2018	52.000	3.452	47.915	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício.....	4.306	6.710
Outros Componentes do Resultado Abrangente.....	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	4.306	6.710

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	55	16
Fundos de investimentos financeiros (2).....	103.213	37.867
Total de caixa e equivalentes de caixa	103.268	37.883

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização Bradesco ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Créditos e recebíveis (1).....	32.040	32.082
Provisão para perda do valor recuperável (1).....	(32.040)	(32.082)
Total	-	-

(1) A carteira de créditos e recebíveis é composta por créditos vencidos, as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Recuperação de créditos recebíveis.....	642	1.509
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa.....	45	121
Perdas de créditos recebíveis.....	(13)	(11)
Total	674	1.619

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro			
Títulos	De 181 a 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de mercado	Marcação a mercado
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1).....	-	-	-	-
Total em 2017	63.240	63.240	-	-

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do DI, com vencimento em 11.12.2018.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias.....	37.083.738	37.083.738
Total	37.083.738	37.083.738

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 25 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 5.450, elevando-o de R\$ 46.550 para R\$ 52.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, as redações do "caput" dos Artigos 3º e 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Reservas de lucros	51.367	52.552
- Reserva legal (1).....	3.452	3.237
- Reserva estatutária (2).....	47.915	49.315

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2018, não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 5.500 mil (2017 - R\$ 5.502), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulatórios e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar refere-se a imposto de renda do período atual no montante de R\$ 281.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 76 (2017 - R\$ 1.885), referem-se ao PIS no montante de R\$ 4 (2017 - R\$ 4), Cofins no montante de R\$ 23 (2017 - R\$ 25), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (2017 - R\$ 1.757) e da Contribuição Social no montante de R\$ 49 (2017 - R\$ 99).

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Editais e publicações.....	65	72
Total	65	72

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017;
- b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;
- c) CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) – requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;
- d) CPC 06 (R2) – Leasing (IFRS 16) – As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações; e
- e) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Vinício Panaro - Contador - CRC 1SP324844O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Aconionistas e aos Administradores da

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de abril de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2